

A PROPÓSITO DO ACORDO MAPUTO-PRETÓRIA

por
A. M. B. B. B.

Numa tarde estival de 1976 reunia, mais uma vez, o Administrador de determinada Empresa de Moçambique com o Grupo Dinamizador da mesma Empresa, nomeado pela Frelimo.

Há aqui que fazer uma pausa para esclarecer aqueles que o não sabem, de que tratavam ou tratam (no caso de ainda existirem) os Grupos Dinamizadores.

São ou eram elementos trabalhadores das Empresas, nomeados e escolhidos pela Frelimo, entre aqueles que certamente lhes mereciam maior confiança.

A função destes Grupos consistia na organização de regulares reuniões ou comícios, dentro das Empresas, não só para os trabalhadores empregados como para os patrões, os quais, para a Frelimo ou, pelo menos, para os G.D., não eram considerados trabalhadores. Nestas reuniões, realizadas quase sempre nas horas de trabalho, pelo que as Empresas interrompiam as suas actividades para o efeito, cantava-se mais do que se falava: eram as canções guerreiras ou populares da Frelimo e, sempre, o hino da Frelimo. Quanto aos «discursos», eles seguiam à risca as instruções emanadas do Partido, na véspera ou antevéspera, e, invariavelmente, neles se destruíam ou pretendia destruir tudo aquilo que os «colonialistas» portugueses haviam feito e se prometia o futuro neonino que, agora sim, todos iam usufruir, através de um trabalho árduo mas com base na teoria marxista que os amigos russos tinham ensinado — trabalho e justiça para todos, paz e, sobretudo, todas as regalias sociais de que, até ali, só os brancos «imperialistas» tinham disfrutado.

Nas reuniões entre os «patrões» brancos e o Grupo Dinamizador, normalmente convocadas por este, eram analisadas, não a situação da Empresa, mas sim e, quase sempre, a posição do determinado elemento negro trabalhador que o G.D. considerava uma injustiça, em relação à posição de outro ou outros trabalhadores, sobretudo brancos. E assim foram sendo colocados, por imposição dos G.D. e aprovação posterior do Partido, em lugares

para que não estavam habilitados, trabalhadores negros cuja falta de capacidade e eficiência, com o êxito dos trabalhadores portugueses, veio de facto e confirmar-se, atirando as Empresas para a total ou quase total paralisação.

Estas reuniões, «patrões-grupo dinamizador», não podiam ser gravadas, pois os G.D. recusavam tal processo. Também delas não se faziam actas ou, se se faziam, nunca os elementos do G.D. as assinavam, e, por conseguinte, nunca ou quase nunca chegavam à Frelimo. O que o Partido recebia e aceitava como «verdade» era o relatório que os G.D. lhes apresentava das referidas reuniões e do qual os patrões portugueses nunca tinham conhecimento. Assim se forjavam os acontecimentos ou deturpava a verdade dos factos, de que resultou a prisão sem culpa formada, de centenas de empresários, gerentes e directores de Empresas portuguesas.

Fechamos aqui o parêntesis para prosseguir no relato do que se passou nessa reunião de 1976 e que, de certo modo, tem que ver com o Acordo de paz agora celebrado entre S. Machel e P. Botha.

Nesse dia a discussão convergiu para a internacionalização do novo Estado moçambicano perante uma previsão do futuro que a este estaria reservado, assunto do qual, como é óbvio, o empresário se situava numa posição de clara e evidente vantagem em relação aos seus interlocutores do G.D.

Perante tão grande ingenuidade e desconhecimento, quer do ponto de vista histórico como político e social demonstrado pelos elementos do G.D. que, num estado de semialfabetização, se limitavam a repetir aquilo que a direcção do Partido lhes fazia constar, o empresário português, já farto de ouvir tanto «slogan», não conseguiu manter-se e, perigosamente, desabafou:

— Que dos russos nada obteria Moçambique a não ser armas e assistência militar — que muitos dos técnicos, médicos e paramédicos de Leste, que se encontravam já em Moçambique, estavam muito aquém, em conhecimentos profissionais, dos seus

congéneros portugueses, à maioria dos quais já tinha abandonado o território: que seria para o Ocidente que Moçambique teria de se virar, se queria obter o necessário auxílio económico de que viria a necessitar em grande escala, pois que, com a saída dos portugueses, o país entraria numa decrescente actividade em todos os campos de acção, que só os países ocidentais e uma nova dependência destes poderiam evitar que Moçambique caísse na bancarrota e a sua população deixasse de passar fome.

E, perante o ar do gozo dos membros do G.D., que se deliciavam com as «asneiras» e o evidente estado de «despolto» de aquele «vassalo» do «imperialismo» estava a demonstrar, maior se tornou a ênfase e a tónica das palavras do empresário que, sem pensar nas represálias que, da sua explosão de sentimentos, poderia vir a ser vítima, deixou ainda escapar o seguinte:

— Que eles ainda haviam de «chorar» pelos portugueses que já tinham abandonado Moçambique, em face das perseguições de que tinham sido vítimas: que voltaria a praticar-se a tal «encravatura» de que a Frelimo acusava os «colonialistas» e que consistia na troca de cidadãos moçambicanos negros por moeda sul-africana, afim — de que estes fossem ajudar os vizinhos do «apartheid» a extrair ouro das minas do Transval.

Aqui os representantes da Frelimo na Empresa, levantaram-se e abandonaram a sala. O empresário, agora, só, caiu então em si e realizou a asneira em que tinha caído. Só lhe restaria fazer as malas. Antes disso, porém, o que lhe estaria reservado?

Logo pela manhã do dia seguinte, aquilo que aguardava que acontecesse e que, noutras circunstâncias, já tinha ocorrido: uma chamada às cúpulas da Frelimo, para investigações e depoimento. Agora, contudo, a situação revestia-se de maior importância, pois aquele desabafo iria certamente custar-lhe mais caro.

Assim foi: incriminação de «fazer o jogo» dos «colonialistas» portugueses, com acompanhamento de fantásticas e várias acusações, entre elas a usual e que fazia parte do vocabulário frelinista, de «sabotagem económica». Finalmente, impedido de sair de Moçambique até esclarecimento da situação.

Oito anos se passaram. Só. Só oito anos e tudo aquilo que o empresário previra e dissera ao G.D. da sua Empresa, aconteceu. Aconteceu até aquilo que, sim, teria sido autêntica ficção prever nessa altura: um tratado de paz e acordo de várias facetas entre a Frelimo e a África do Sul!

Mas não se julgue que o referido empresário possuía dotes extraordinários e parapsicológicos de visão à distância. Não. Aquele conhecedor profundo de Moçambique, em toda a sua escala de valores, de necessidades, de defeitos e de qualidades, constituía apenas um exemplo, entre tantas centenas de portugueses nascidos ou radicados em Moçambique, que conheciam, melhor do que ninguém, os problemas da ex-colónia portuguesa do indico. As suas gentes. Os seus costumes. Além de se manterem a par da actividade política de outras nações interessadas na evolução dos acontecimentos na África Austral. Na cobiça das suas riquezas. Numa nova espécie ou tipo de «colonialismo» disfarçado. De esquerda ou de direita. Tanto faz.

Mas foram estes portugueses os abandonados. Os não desejados. Quer pelos negros, quer pelos brancos. Seus compatriotas. Eles que construíram Moçambique e que lá deixaram tudo ficar. Vidas inteiras. Sem o auxílio de ninguém. Com o seu trabalho e dos irmãos negros que com eles colaboraram.

Hoje evita-se falar neles. Ministros, parlamentares, jornalistas, radio, T.V., pontos de todas as cores, o próprio povo. E embora à T.V. já tivesse dado uma amostrinha do que era Lourenço Marques e é hoje Maputo, ainda assim lhes é recusado o direito à verdade. Nada. Tal como nos tempos do fascismo, quando se fazia por esconder os portugueses da Metrópole a evolução dos dois grandes e novos, próximos futuros países africanos (Angola e Moçambique), também agora, por razões totalmente diferentes, nada se diz daqueles que determinaram e fixaram aquela evolução. Um reconhecimento que talvez só exista agora na alma do negro, apesar de todas as tropelias que o branco o fez passar. Não o negro dos palácios da Ponta Vermelha ou dos jardins do Hotel Polana. O outro negro. O que sofre a fome gerada pelo tipo de independência que lhe ofereceram. Não aquela independência que o branco, tão africano como ele, pretendia para todos. Aquela que, agora sim, talvez vá surgir após o Acordo de Maputo com Pretória.

Agora só se diz, com cores de propaganda que servirá a política de quem reina e aquece os lugares de quem governa, que foi a diplomacia portuguesa que se deve em grande parte o Acordo. Alguns até se esqueceram de mencionar o papel preponderante e decisivo que teve o capital americano e até a força económica da A. do Sul. Do que ninguém fala e ainda não se leu ou ouviu referir, foi o comportamento, o trabalho, a capacidade e o amor com que os portugueses que se fizeram em Moçambique deram origem ao ambiente que hoje se diz que se respira naquele país. O que se escreve, com cor de trombeta a acompanhar, para que se ouça nos grandes bastidores da política internacional, é que Portugal é o país que melhor se ajusta à interlocução do Ocidente com os apíses africanos, devido à experiência que adquiriu e à maneira como desempenhou, durante séculos, o papel de potência colonial.

Pergunta-se: — através de quem? Dos portugueses sentados no T. do Paço e nos cafés do Rossio ou daqueles que gastaram a sua mocidade a labutar em África, na construção dos países cujos Governos, hoje, já «dão a mão a palmatória», embora sem que, por uma questão de orgulho, o manifestem, ao reconhecerem a importância que Portugal representa hoje para eles, através dos que edificaram as suas casas, as suas fábricas, o seu comércio, as suas escolas, as suas Universidades?

A História é impiável e a VERDADE histórica acaba sempre por surgir. E o que está a acontecer. Mais cedo do que se supunha. Oito anos apenas após aquela reunião entre um empresário de Moçambique e o Grupo Dinamizador da sua Empresa.

CORREIO da MANHÃ
Lisboa

- 1. MAI 1984